

“Imigrantes indonésios são fundamentais para o funcionamento da pesca em Portugal”

written by O Cidadão | 24 de Agosto, 2024



“Se não fosse esta solução da Indonésia e dos estrangeiros trabalharem na pesca, o setor tinha paralisado”, afirmou à Lusa o presidente da Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco (Anopcerco), Humberto Jorge.

Este mês, o Governo passou de 20% para 40% o limite de estrangeiros certificados permitidos em cada embarcação, respondendo aos pedidos dos operadores do setor.

“A medida faz todo sentido e para nós, setor, peca por tardia”, mas “não vai demorar muito até que a meta de 40% tenha que ser novamente alterada”, porque “há uma escassez de

mão-de-obra muito grande, não só no setor da pesca, mas na maior parte dos setores primários", observou Humberto Jorge.

A pesca é uma ***"atividade muito específica que obriga à formação profissional, que também é difícil e demorada, e, portanto, a importação de obra estrangeira qualificada, como é o caso dos indonésios, foi a solução que se encontrou"*** para resolver o problema, explicou o dirigente.

Mesmo em Rabo de Peixe, o principal centro piscatório dos Açores e um dos maiores do país, a presença de imigrantes é sentida.

"Há uma transferência do pessoal da pesca para o setor da construção" e, ***"embora aqui na ilha de São Miguel, não haja uma grande percentagem de indonésios, malaios ou das Filipinas"***, acabam por ***"existir já muitos casos"***, embora ***"muito menos do que no resto do país"***, afirmou Liberato Fernandes, dirigente do Sindicato Livre de Pescadores e Profissões Afins.

A tradição piscatória da região e os baixos rendimentos do arquipélago acabam por prender muitos pescadores açorianos à faina, mas ***"a tendência existe"***, até porque muitos pescadores preferem que os ***"filhos sigam outras vidas, menos duras"***.

No norte do país, João Leite, da Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar, referiu que este fenómeno é mais evidente.

"Nós já estamos a trabalhar com os indonésios há muito tempo", porque a ***"juventude portuguesa não está muito virada para o mar, quer tentar um curso superior e tentar outras oportunidades"***, afirmou o dirigente.

"A Indonésia é um país de pescadores. E quando se começou a sentir a falta de mão-de-obra foi o país que se mostrou mais interessado em mandar gente para cá, há uns 15 anos", recordou. O dirigente.

Em Caxinas, os trabalhadores estrangeiros são comuns nas embarcações de maior curso, mas João Leite acredita que a tendência vai aumentar.

“Não há hipótese. Se queremos aguentar o setor, precisamos de estrangeiros”, afirmou.

No entanto, existem ainda muitas dificuldades operacionais, principalmente no que respeita à regularização destes imigrantes especializados, agravadas pela ausência de resposta da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA).

“Temos muita dificuldade, sobretudo em fazer com que estas pessoas tenham as equivalências da formação que tiraram no seu país”, explicou Humberto Jorge.

Muitos são jovens recém-formados em escolas de pesca, cumprindo as **“mesmas convenções internacionais de que Portugal faz parte”**.

“À partida, deveria ser fácil ter equivalência, mas é bastante complicado concluir as coisas”, porque a **“documentação é uma piscina difícil de nadar”** e os atrasos na resposta criam **“situações caricatas”**, impedindo que estes pescadores sejam incluídos nas embarcações como pessoal marítimo.

Cada embarcação tem uma tripulação mínima, que deve ter a certificação adequada, e muitos destes marinheiros, **“apesar de bem formados e muito qualificados”**, não podem ser inscritos como profissionais.

Isto porque só podem ser inscritos como marinheiros se tiverem vistos de residência válidos.

“Há quem receba o visto um ano depois de o pedir e já está a terminar o contrato”, explicou o dirigente da Anopcerco.

A maioria destes contratos são sazonais e a legislação não tem um enquadramento que permita dar uma resposta rápida.

Já *“tentámos falar com o Governo e pedir regras diferentes ou mais rapidez”* mas, até agora, *“não temos tido uma resposta positiva”*.

Deve ser *“feito um esforço para se adaptar a legislação à realidade do setor que é a realidade que as nossas empresas necessitam”*, acrescentou ainda.